



O que é mobilização social?

- Processo de convocação de vontades para uma mudança de realidade, através de propósitos comuns, estabelecidos em consenso. Envolve o compartilhamento de discursos, visões e informações e, por isso, exige ações de comunicação em seu sentido mais amplo. (TORO; WERNECK, 2004).



O que é mobilização social?

- Toda mobilização tem objetivos pré-definidos, um propósito comum, por isso é um ato de razão. Pressupõe uma convicção coletiva de relevância, um sentido de público, daí que convém a todos. Para que a mobilização seja útil a uma sociedade, ela tem que ser orientada para a construção de um projeto de futuro. (TORO; WERNECK, 2004).



Competência	Descrição
Sociedade civil organizada em seus diversos segmentos (movimentos populares, ambientalistas, ONGs, entidades profissionais, associações privadas etc.).	Conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico (BRASIL, 2007). A participação e o controle social constam dos princípios e diretrizes nacionais para o saneamento básico, constituindo-se ponto fundamental para democratizar o processo de decisão e implementação das ações.

Controle Social
<ul style="list-style-type: none"> • A lei 11445/2007 estabelece que controle social é o conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico (inciso IV, do Art. 3);
<ul style="list-style-type: none"> • Para isso os titulares dos serviços de saneamento básico devem definir normas e mecanismos de controle social nas atividades de prestação, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços (inciso V, do art. 11), estabelecendo os meios de disponibilização das informações sobre saneamento e qualificando o processo de participação social.



Controle Social

- No seu art. 47, é estabelecido que o **controle social** dos serviços públicos de saneamento básico **inclui a participação em órgãos colegiados de caráter consultivo ou deliberativo**, assegurada a representação:
- I - dos titulares dos serviços;
- II - de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;
- III - dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico;
- IV - **dos usuários de serviços de saneamento básico**;
- V - de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.
- Atenção para o foco nas representações de classes que estão em condição de vulnerabilidade quando comparada as demais, como pode ser o caso dos usuários de serviços e organizações da sociedade civil como os movimentos sociais;



O que é participação social?

- A participação faz parte do cotidiano das relações sociais. No plano coletivo, a participação é uma realidade desde que existem grupos sociais. Todas as mobilizações e movimentos sociais são formas de participação (CARVALHO, 1998).



O que é participação social?

- Porém, o conceito de participação é influenciado por concepções de mundo, sendo carregado de conteúdo ideológico (TEIXEIRA, 2001). A participação é vista e colocada em prática de diversas maneiras e sentidos a partir de cada concepção de mundo e ator social. Pode significar legitimação de práticas, se constituir em ação manipuladora ou, ainda, representar o caminho para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.



O que é participação social?

- A participação deve ser concebida como um ato interativo entre os diversos agentes sociais, na perspectiva de conhecer o contexto no qual encontram-se inseridos, as situações que precisam de intervenção e as alternativas para superação, utilizando para esta finalidade a **mediação e o ato comunicativo** no processo de acompanhamento dos grupos.



Sobre a Participação

Abertura e Participação

O grau de abertura para com a participação popular de Sherry ARNSTEIN (1969), admite oito categorias, que vão de pura e simples manipulação dos indivíduos e grupos por parte do Estado ao controle cidadão. Para Arnstein, apenas as três categorias que representam as partes mais altas da “escala”, vale dizer, parceria, poder delegado e controle cidadão, constituíram uma autêntica participação.



Abertura e Participação

- As categorias intermediárias, consulta e informação não passariam de expressões de dissimulação ou falsa participação, enquanto que as duas categorias inferiores nada mais seriam que manifestações explícitas de tecnocratismo.



1. Coerção

- Representa situações em que, frequentemente, nem sequer as aparências são salvas, como as remoções de favelas, algo comum no Brasil urbano durante o regime militar, especialmente entre fins dos anos 60 e começo dos anos 70. Situações de clara coerção serão encontradas em regimes de exceção, nas quais a própria democracia representativa não existe ou deixou de existir (Souza, ...)



2. Manipulação

- Corresponde a situações nas quais a população envolvida é induzida a aceitar uma intervenção, mediante, por exemplo, o uso maciço da propaganda ou de outros mecanismos.



3. Informação

- Nesse caso, o Estado disponibiliza informações sobre as intervenções planejadas. Dependendo de fatores como cultura política e grau de transparência do jogo político, as informações serão menos ou mais completas, menos ou mais “ideologizadas”.



4. Consulta

- Aqui, o Estado não se limita a permitir o acesso a informações relevantes, sendo a própria população consultada. O processo de consulta pode ser, algumas vezes, bem organizado e ser útil para o balizamento da atividade planejadora. O problema é que não há qualquer garantia de que as opiniões da população serão, de fato, incorporadas.



5. Cooptação

- A cooptação de uma coletividade poder se dar de várias formas. Em sentido mais específico, deseja-se fazer referência, aqui, à cooptação de indivíduos ou dos segmentos mais ativos, convidados para integrarem postos na administração ou para aderirem a um determinado “canal participativo” ou a uma determinada “instância participativa”.



6. Parceria

- A parceria corresponde ao primeiro grau de participação autêntica, isto é, não meramente consultiva ou cooptativa. Estado e sociedade civil organizada colaboram, em um ambiente de diálogo e razoável transparência, para a implementação de uma política pública ou viabilização de uma intervenção.



7. Delegação de poder

- A delegação de poder vai mais além da parceria, pois aqui o Estado abdica de toda uma gama de atribuições, antes vistas como sua prerrogativa exclusiva, em favor da sociedade civil. Os elementos de democracia direta são evidentes, ainda que os marcos gerais continuem a ser os da democracia representativa. A parceria e a delegação de poder consistem em situações de cogestão entre Estado e sociedade civil.



8. Autogestão

- Na prática, a delegação de poder é o nível mais elevado que se pode alcançar nos marcos do binômio capitalismo + democracia representativa.
- Ir além disso – ou seja, implementar políticas e intervenções de modo autogestionário, sem a presença de uma instância de poder pairando acima da sociedade (Estado), a qual decide quanto, quando e como o poder poderá ser transferido – pressupõe, a rigor, um contexto social diferente: pressupõe uma sociedade basicamente autônoma.



Sobre a Participação

- Somente as categorias superiores (6, 7 e 8), correspondem a marcos político-institucionais em que se pode, efetivamente, ter a esperança de que as soluções de planejamento e gestão possam ser encontradas de modo fortemente democrático e sobre os alicerces do emprego da racionalidade e do agir comunicativos.



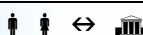
8 - AUTOGESTÃO



7 - DELEGAÇÃO DE PODER



6 - PARCERIA



5 - COOPTAÇÃO



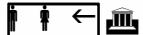
4 - CONSULTA



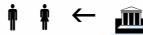
3 - INFORMAÇÃO



2 - MANIPULAÇÃO



1 - COERÇÃO



- 1 e 2: Situações de não-participação;
- 3, 4 e 5: graus de pseudoparticipação;
- 6, 7 e 8: graus de participação autêntica.

Sobre a Participação

Teixeira (2001) define participação cidadã como sendo um: (...) processo complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e mercado, em que os papéis se redefinem pelo fortalecimento dessa sociedade civil mediante a atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações.



Sobre a Participação

No campo do saneamento, quando a Lei nº 1.445/2007 define o controle social como um princípio fundamental da política nacional de saneamento básico, situa os níveis de participação nos 6º e 7º degraus.



Sobre a Participação

Assim, para que ocorra o Controle Social de forma eficaz é indispensável a **Participação Social**, que pode ser definida como:

- Fazer parte de um grupo, **tomar parte das decisões** e ter parte do resultado, um processo mediante o qual as diversas **camadas sociais têm parte no planejamento, na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma comunidade** (Gomes, 2005).
- Um processo complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e mercado, em que os papéis se redefinem pelo fortalecimento dessa sociedade civil mediante a **atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações** (Teixeira, 2001).



Sobre a Participação

- Um processo político e coletivo de tomada de decisão para a **construção e exercício da autonomia, emancipação e empoderamento** por meio do diálogo e cooperação (Rodrigues, 2005).
- É a **redistribuição do poder** que permite aos cidadãos atualmente excluídos dos processos econômicos e políticos serem ativamente incluídos (Arnstein, 1969).
- Finalmente a Participação Social deve ser compreendida como um **processo contínuo, permanente, conflituoso e de longo prazo**.



Níveis de participação para a Elaboração de Planos Municipais de Saneamento.

Nível	Descrição
0 Nenhuma	A comunidade não participa na elaboração e no acompanhamento do PMS.
1 A comunidade recebe informação	A comunidade é informada do PMS e espera-se a sua conformidade.
2 A comunidade é consultada	Para promover o PMS, a administração busca apoios que facilitem sua aceitação e o cumprimento das formalidades que permitam sua aprovação.

Níveis de participação para a Elaboração de Planos Municipais de Saneamento.

Nível	Descrição
3 A comunidade opina	A administração apresenta o PMS já elaborado à comunidade e a convida para que seja questionado, esperando modificá-lo só no estritamente necessário.
4 Elaboração conjunta	A Administração apresenta à comunidade uma primeira versão do PMS aberta, a ser modificada, esperando que o seja em certa medida.

Níveis de participação para a Elaboração de Planos Municipais de Saneamento.

Nível	Descrição
5 A comunidade tem poder delegado para elaborar	A Administração apresenta a informação à comunidade junto com um contexto de soluções possíveis, convidando-a a tomar decisões que possam ser incorporadas ao PMS.
6 A comunidade controla o processo	A Administração procura a comunidade para que esta diagnostique a situação e tome decisões sobre objetivos a alcançar no PMS .

Fonte: MCIDADES, 2005

Planejamento: concepções

- O planejamento não deve ser tomado apenas como mais um procedimento administrativo de natureza burocrática, decorrente de alguma exigência superior ou mesmo de alguma instância externa à instituição. Ao contrário, ele deve ser compreendido como mecanismo de mobilização e articulação dos diferentes sujeitos, segmentos e setores que constituem essa instituição e participam da mesma.



Planejamento Participativo

- Participação das pessoas, independente da situação social e educacional;
- Ferramentas para intervir na realidade;
- Tem uma filosofia própria, conceitos, modelos, técnicas e instrumentos específicos.



Limitações relacionadas ao Planejamento Participativo

- 1) Manipulação das pessoas pelas “autoridades”, via simulacros de participação;
- 2) Uso de metodologias inadequadas, gerando descredibilidade no processo;
- 3) Falta de compreensão abrangente da ideia de participação.



Dificuldades relacionadas ao Planejamento Participativo

- Resistência daqueles que perderão privilégios e poder;
- Falta de metodologias adequadas;
- Falta de compreensão e desejo de realizar;
- Constrangimentos exercidos pelas estruturas atuais.



Metodologias Participativas

- São metodologias declaradamente não tecnicistas, que visam propiciar a produção de conhecimento interativo, valorizar as competências reais dos sujeitos envolvidos em cada processo, que visam mobilizar na esfera pública toda a riqueza do humano.



Metodologias Participativas

- Trata-se da ampla família de metodologias voltadas à gestão de trabalho de grupo, produção conjunta de conhecimento, análise, interpretação e solução participativa de situações-problema.



METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS



METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

- ✓ A participação popular situada no âmbito da discussão dos direitos políticos do cidadão, como um processo que pressupõe a constituição de canais permanentes e constitutiva do caráter democrático nos processos de planejamento e gestão das políticas;



METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

- ✓ A Acessibilidade Social que se refere ao direito de acesso do cidadão ao conjunto de políticas sociais, qualquer que seja sua condição;
- ✓ A Transparência das informações, ações e especialmente do uso dos recursos públicos; (Carlos Matus)
- ✓ Planejamento participativo



METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

Desafios a partir destas Referências Metodológicas



METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

- ✓ Planejar a melhor estratégia de participação popular possível nas condições existentes, o que significa desafio especialmente onde se tem pouca organização social;
- ✓ Planejar ações e definir/pactuar com a sociedade metas factíveis que por se realizarem progressivamente se tornam um instrumento educativo quanto aos direitos sociais;



METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

- ✓ Assegurar transparência das informações e ações no processo, mas também tratar com transparência as prioridades do uso dos recursos públicos;
- ✓ Envolver toda a equipe no planejamento



METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

- Trata-se, portanto de um processo de reflexão-ação, característico dos processos de comunicação marcados pela participação ativa dos sujeitos envolvidos e pela valorização do saber local que se inter-relaciona ao saber científico.



METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

- O uso dessas metodologias conduz a um **processo emancipatório**, que se constitui num fenômeno profundo e complexo, de teor tipicamente político, e que supõe, concretamente, a formação de um tipo de competência, ou seja, de saber fazer-se sujeito histórico capaz de pensar e conduzir seu destino. Assim, o uso de metodologias participativas trata-se também de uma **ação pedagógica**.



A LEGISLAÇÃO

No campo do saneamento, só em 2007, com a Lei Nacional do Saneamento Básico (Lei nº 11.455/2007) e o Programa de Educação Ambiental e Mobilização para o Saneamento – PEAMSS/2007 é que são delimitados os espaços de participação cidadã.



A LEGISLAÇÃO



A Lei nº 11.445/2007 estabelece o **controle social** como um de seus princípios fundamentais e o define como o “conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico”.



A LEGISLAÇÃO

O controle social é um princípio fundamental da Lei de Saneamento Básico e deve ser garantido nas diversas funções de gestão dos serviços públicos de saneamento básico, a saber: no planejamento, na prestação dos serviços, na regulação e na fiscalização (Lei nº 11.445/2007).



Princípios do Programa de Educação Ambiental e Mobilização para o Saneamento (PEAMSS) para a promoção da participação social

- Transversalidade e intersectorialidade** – cooperação e participação conjunta dos vários sujeitos sociais e institucionais, abandonando a visão setorial e fragmentada presente no saneamento, promovendo a integração das dimensões da qualidade de vida e da saúde da população com os serviços de saneamento;
- Transparência e diálogo** – acesso à informação e a participação na definição de prioridades e rumos na gestão dos serviços e aplicação dos recursos, considerando as especificidades regionais, étnicas, culturais, econômicas e sociais, viabilizando o diálogo;



Princípios do Programa de Educação Ambiental e Mobilização para o Saneamento (PEAMSS) para a promoção da participação social

- Emancipação e democracia** – as ações devem ser pautadas de forma a estimular a reflexão crítica dos sujeitos sociais, fortalecendo sua autonomia, sua liberdade de expressão e contribuindo para a qualificação e ampliação de sua participação nas decisões políticas;
- Tolerância e respeito** – as ações devem reconhecer a pluralidade e a diversidade nos meios natural, social, econômico e cultural, respeitando os saberes, papéis, ritmos, valores e dinâmicas dos sujeitos envolvidos, buscando ampliar a participação e o acolhimento das diferenças, atribuindo legitimidade aos consensos construídos coletivamente (BRASIL, 2007).





Elaboração do PMSB

- Para a elaboração do PMSB deve-se ter claro que a prática de planejamento não é uma ação meramente técnica, mas também **política**, sendo que o processo de elaboração de diagnósticos e prognósticos deve buscar **contemplar o olhar técnico e dos sujeitos sociais envolvidos**, sendo eminentemente participativo.
- Os métodos de participação social deve-se articular com as **técnicas da pesquisa social**, viabilizando o envolvimento dos diversos segmentos da sociedade como sujeitos do processo de investigação.





Caminho Metodológico para a Participação Social



Meios para a Participação Social

Para consolidação de instâncias de Participação e Controle Social na elaboração do PMSB, o poder público municipal deve tomar providências administrativas para a constituição da organização institucional e administrativa que dirijirá a sua execução, para isso, sugere-se a criação de duas instâncias:

- Comitê de Coordenação e;
- Comitê Executivo.

O Comitê de Coordenação é uma instância de gestão e deliberação, formalmente institucionalizada por atos do Executivo municipal, responsável pela coordenação, condução e acompanhamento da elaboração do Plano, a ser constituída por representantes, com função dirigente, das instituições públicas e civis relacionadas ao saneamento básico, inclusive dos prestadores de serviços delegados.

O Comitê Executivo, por sua vez, é uma instância técnica responsável pela operacionalização do processo de elaboração do PMSB.



Meios para a Participação Social

São necessários investimentos da instituição promotora do PMSB com vistas à adoção de novas práticas que privilegiem a Participação e o Controle Social, como:

- Realizar planejamento para organizar e pactuar os principais eixos, objetivos e recursos com os atores institucionais e sociais envolvidos, promovendo ações de **sensibilização dos técnicos** sobre a importância do PMSB e sua realização mediante metodologias participativas, assim como a necessidade de instrumentos de comunicação e informação de caráter democrático;
- Buscar contemplar **espaços já constituídos** para a elaboração de outros planos, a exemplo do Plano Diretor, do Plano de Bacias Hidrográficas, Plano de Habitação, Mobilidade Urbana, Saúde e Educação.



Meios para a Participação Social

• Estimular a construção de **parcerias baseadas na responsabilidade e poder compartilhado**, com o real engajamento das partes envolvidas e não somente com a transferência de funções, muito frequente nos processos de terceirização, ocasionada pela ausência de quadros técnicos habilitados.

- Realizar parcerias e patrocínios para a elaboração do PMSB com **universidades, empresas públicas, ONGs, etc.**
- Realizar **levantamento de metodologias em experiências de êxito** para a realização do PMSB, adequando-as às realidades locais.
- Elaborar e disponibilizar documentos e informações sistematizadas, construídas com **linguagem acessível e clara para a maioria** (Ver cartilhas).
- Identificar as **redes sociais** existentes no município: associações de moradores, igreja, rede escolar, etc.



Meios para a Participação Social

- Promover **capacitação técnica e política das organizações sociais**, com vistas à melhoria da capacidade de argumentação, de diálogo, de negociação e de construção de alianças, mediante cursos, oficinas, seminários de capacitação, etc, na perspectiva de garantir um papel propulsivo e negociador dos movimentos sociais, em face da rede complexa de atores e da diversidade dos agentes envolvidos.
- Estimular a **disposição para o diálogo** e a necessária tradução do saber técnico e saber popular por meio de reuniões sistemáticas, oficinas de trabalho, etc.
- **Qualificar/capacitar agentes governamentais**, a exemplo da elaboração de convênios junto a instituições de ensino e pesquisa, contribuindo para fortalecer neles uma **cultura democrática e participativa**;
- Potencializar as ações e **as formas organizativas já existentes** na sociedade e suas práticas democráticas com vistas a fortalecer e ampliar as possibilidades da participação social.
- **Descentralizar informações** considerando que a informação clara e objetiva é a porta para a instalação de processos participativos, lembrando ainda que a acessibilidade também seja garantida pela **valorização dos elementos da cultura das comunidades**.
- Estimular a participação também por meio de audiências públicas, atividades de consultas populares, como assembleias, fóruns, reuniões comunitárias, comissões de acompanhamento, por meio de atividades de capacitação e da participação em conferências e conselhos.
- Considerar a dimensão educativa da participação, cuja ação requer um **aprendizado individual e coletivo**.



Meios para a Participação Social

- Promover ações intersetoriais buscando a **interlocução entre as políticas** públicas afins, no sentido de gerar um novo fazer coletivo, potencializando as práticas específicas dos atores institucionais e sociais em resposta à visão fragmentada dos serviços públicos no processo de urbanização.
- Considerar as **condições e realidades locais** de forma a dar sentido de pertencimento, viabilizando o uso de materiais didáticos regionalizados e/ou locais, considerando a identidade de cada município.
- Promover a **ampla divulgação** da programação das atividades do PMSB utilizando-se os meios de comunicação disponíveis na localidade, com linguagem clara e acessível (rádios, rádios comunitárias, jornais, panfletos, cartazes, faixas, mural, teatro, carro de som, etc.).
- Utilizar **outras linguagens**, como: fotos e imagens para a reconstrução da situação atual e desejada, arte, música, resgate de histórias vividas, visitas em campo, entrevistas, pesquisas, dinâmicas lúdicas como elemento de sensibilização, e facilitador da aprendizagem, etc., para facilitar a comunicação na fase de elaboração de diagnóstico para a construção do PMSB.
- Estimular e viabilizar a **inclusão de grupos específicos** – mulheres, portadores de necessidades especiais mediante a utilização de instrumentos de comunicação em braile, linguagem de sinais e atividades recreativas para crianças.
- Estimular a população a participar desde a fase de preparação do diagnóstico (valorizando como a população percebe o problema), na definição de prioridades e alternativas de solução, assim como na discussão das propostas e aprovação do PMSB.



Planejamento da Participação Social

Uma boa estratégia para viabilizar a ação de planejamento da Participação Social é o **Zoneamento/Setorização do município** por setores com características sociais homogêneas, utilizando para isso:

- Os setores censitários utilizados pelo IBGE;
- O agrupamento por bairros ou localidades que tenham características semelhantes.
- Agrupamentos por associações de Bairro, ou outras organizações sociais representativas das diversas áreas do município;
- Agrupamentos que utilize as políticas sociais, com referenciamento territorial, existentes no município, como os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) ou Programa de Saúde da Família (PSF).



Estratégias para a Participação Social no PMSB

A **Comunicação Social** é fundamental para a **Participação Social**, deste modo, as estratégias de **Mobilização Social** devem alcançar os seguintes objetivos:

- **Divulgar** amplamente o processo de elaboração, informar os objetivos e desafios do Plano Municipal de Saneamento Básico e **informar** sobre as formas e canais de participação;
- **Disponibilizar** as informações necessárias à **participação qualificada** da sociedade nos processos decisórios do Plano;
- Estimular **todos os segmentos sociais** a participarem do processo de planejamento, fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico.
- Deve ser prevista a preparação de **resumos analíticos**, em linguagem acessível, para a disponibilização e apresentação à sociedade, de forma a proporcionar o efetivo e amplo conhecimento dos dados e informações.



Passos Metodológicos – Fase 1



Fase I – Mobilização Social

- 01- Elaboração do Plano de Mobilização Social e Comunicação;
- 02- Setorização do Município;
- 03- Ampliação da Equipe executora;
- 04- Reunião com a consultoria e técnicos do município para discussão técnica da proposta de mobilização social;



Recomendações Técnicas para o Plano de Mobilização:

- O Planejamento é da competência do município – indelegável;
- Papel da consultoria – apoiar e facilitar o processo;
- O Plano deve refletir as necessidades e anseios da população;
- Ter caráter democrático e participativo, considerando sua função social;
- Garantir um efetivo envolvimento da sociedade durante todo o processo de elaboração do PMSB;
- Estimular a participação dos segmentos sociais no processo de gestão ambiental;
- Os processos de planejamento e gestão participativos deverão se dar a partir da organização e coordenação das atividades de mobilização social;



Recomendações Técnicas para o Plano de Mobilização:

- Na implementação desse processo mobilizador, estão incluídos as oficinas, as conferências, os seminários, as consultas públicas e encontros técnicos participativos;
- Estimular a criação de novos grupos representativos da sociedade não organizada;
- Registrar as ações executadas mediante relatórios e registros fotográficos;
- Garantir ampla divulgação dos eventos;
- Estruturar a metodologia das plenárias, utilizando instrumentos didáticos com linguagem apropriada, abordando os conteúdos sobre os serviços de saneamento básico.



Fase I – Mobilização Social

05 – O Processo de Mobilização Social

Primeiro Momento - Oficinas de Capacitação

Oficina 01: Educação Sanitária e PMSB

- Noções sobre saneamento básico (água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem) para a melhoria da qualidade de vida e sua interrelação com o meio ambiente.
- O papel dos Delegados ou representantes dos diferentes grupos sociais.
- A importância do PMSB.



Fase I – Mobilização Social

05 – O Processo de Mobilização Social

Segundo Momento - Oficinas de Capacitação

Oficina 02:

- Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico (educação, habitação, emprego, renda, dinâmica demográfica etc.) para a subsidiar a elaboração do PMSB.
- Ferramenta do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), para identificar as especificidades socioeconômicas de cada setor do município.



Fase I – Mobilização Social

05 – O Processo de Mobilização Social

Terceiro Momento - Oficinas de Capacitação

Oficina 03:

- Diagnóstico Técnico Participativo do Saneamento Básico do Município
 - Os serviços de saneamento básico, na percepção popular;
 - Diagnóstico popular;
 - Sistematização das prioridades.



Fase I – Mobilização Social

05 – O Processo de Mobilização Social

Quarto Momento - Conferências para o PMSB:

- Exposição do diagnóstico das condições socio-económicas e ambientais e dos objetivos, metas e ações do PMSB;
- Debate;
- Encaminhamentos.



Considerações gerais

- O compromisso dos gestores
- A composição dos grupos de trabalho
- A metodologia
- As técnicas de abordagem
- Participação ativa dos atores
- Propostas sustentáveis
- Limites à Participação
- Possibilidades da Participação



Referências Conceituais e Metodológicas

<http://www.cidados.gov.br/planosdesaneamento>

